

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1711001/2025

IPSEMB-BURITICUPU/MA
Proc. 2410001 /2025
Fls. 277
Rub. [assinatura]

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2410001/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1711001/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BURITICUPU - MA, ATRAVÉS DO IPSEMB - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BURITICUPU-MA E A EMPRESA **A.A FRAGOSO**, INCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº **19.622.023/0001-66**.

O Município de Buriticupu - MA, através do IPSEMB - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BURITICUPU-MA, autarquia de direito público indireto inscrito no CNPJ sob o nº 07.733.475/0001-36, com sede na Rua 15 de novembro s/n, Vila Isaías. Buriticupu-MA. CEP: 65.393-000, neste ato representado pelo Presidente do IPSEMB, portaria 031/2025-GAPRE/PMB, o Sr. FRANCISCO WELLYTON MESQUITA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 035.971.113-86, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) a empresa empresa **A.A FRAGOSO**, inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 19.622.023/0001-66**, sediada na Rua José Gonçalves Silva, 32 - centro, Piquet Carneiro - CE, CEP: 63.605-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **Sr. ALEFF AMARO FRAGOSO**, Brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 13/04/1994, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 2007005057564 SSPDS/CE e CPF nº 051.897.373-57, residente e domiciliado na Rua Serra da Ibiapaba, S/N, Lote 15 Quadra 29 - Con. Jardins da Serra, Luzardo Viana, no município de Maracanaú, estado do Ceará, CEP 61910-506, conforme Contrato Social da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 2410001/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, 75, inc. II, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso de sistema informatizado de protocolo eletrônico, incluindo instalação, configuração, customização, suporte técnico e treinamento, visando o gerenciamento, controle, tramitação e acompanhamento de documentos e processos administrativos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Buriticupu/MA – IPSEMB, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Aviso de Contratação Direta.

Rua 15 de novembro s/n, Vila Isaías. Buriticupu-MA. CEP: 65.393-000 Fone: (98)36646142
CNPJ: 07.733.475/0001-36. www.ipsemb.ma.gov.br. E-mail: ipsemb@ipsemb.ma.gov.br

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Assinado digitalmente por ALEFF
AMARO FRAGOSO:05189737357
Módulo: C=BR, O=IPSEMB, CN=IPSEMB
SCE/2025, DN=CN=ALEFF AMARO
FRAGOSO:05189737357
Data: 2025.11.05 10:15:44 -05'00'
Formato: PDF Render Versão: 2025.5.0

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Cessão de direito de uso de sistema informatizado de protocolo eletrônico, incluindo instalação, configuração, customização, suporte técnico e treinamento, visando o gerenciamento, controle, tramitação e acompanhamento de documentos e processos administrativos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Buriticupu/MA – IPSEMB	Mês	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
02	Implementação do sistema, incluindo a capacitação dos servidores para utilização das funcionalidades	Serviço	01	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

A contratação deverá contemplar, no mínimo:

- Cessão de direito de uso de sistema informatizado de protocolo eletrônico, com acesso via web, garantindo disponibilidade, segurança e confidencialidade das informações;
- Instalação, configuração e customização do sistema, conforme as necessidades e fluxos internos do IPSEMB;
- Treinamento dos servidores designados para a utilização e administração do sistema, assegurando a correta operação da ferramenta;
- Suporte técnico contínuo, para atendimento de eventuais falhas, dúvidas operacionais e manutenção preventiva e corretiva do sistema;
- Atualizações e melhorias do sistema durante o período contratual, sem custos adicionais, assegurando a evolução tecnológica e o cumprimento das normas legais aplicáveis;
- Funcionalidades de gestão e controle, incluindo o registro, tramitação, acompanhamento e arquivamento digital de documentos e processos administrativos;
- Emissão de relatórios gerenciais e estatísticos, que possibilitem o monitoramento da tramitação de processos e o apoio à tomada de decisões;

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Assinado digitalmente por ALEFF
AMARO FRAGOZO0510973737
SD: C-BR, O=ICP-NET, OU=AC
SOLUTY Multiple v5, OU=3341-0679000195, O=Videoconferencia, OU=Certificadas
FF A1, CN=ALEFF AMARO
FRAGOZO0510973737
Rezler Eu cuido sempre com
documentos
Localizador: Paper Connect/CE
Data: 2025.11.18 10:17:44 -0300
Email: 2025-11-18-10:17:44 -0300

- Controle de acesso por níveis de usuários, com logs de atividades e trilhas de auditoria;
- Integração com outros sistemas administrativos do Instituto, quando tecnicamente viável;
- Ambiente de armazenamento seguro e com mecanismos de backup automático e recuperação de dados.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 A Autorização de Contratação Direta;
- 1.2.3 Justificativa da Contratação;
- 1.2.4 Aviso de Contratação Direta;
- 1.2.5 A Proposta do contratado; e
- 1.2.6 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será **12 (doze) meses**, contados do(a) data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor global da contratação é de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2 O pagamento será efetuado observadas as seguintes condições:

6.2.1 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

6.2.2 1(um) pagamento de R\$ 3.000,00(três mil reais) referente ao serviço implementação do sistema;

6.3 O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, mediante a apresentação das certidões verificadas no processo de habilitação.

Agência: 4145-9
Nº Conta Corrente: 39000-3
Nome do Benef: A.A FRAGOSO

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
- 7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1 São obrigações do Contratante:
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal/boleto de pagamento no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1 A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 9.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo/projeto básico ou instrumento congênere.
- 9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Assinado digitalmente por ALEFF
AMARO FRAGOSO:05189737357
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SICLERT/Matriga-VL, CN=23416879800195, OU=Valores e Normas, OU=Certificado
PPA, C=BR, OU=AMARO
FRAGOSO:05189737357
Bastar. Os valores apresentados não
documentam
Localização: Paper Content/CE
Data: 2025.11.18 10:17:44-0800
Fórmula: PPA/Reitor/Valor: 2025.1.0

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Auditoria digitalizada por ALEFF
AMARO FRAGOSO:05189737357
ND: CHB, O-ICP-Sistem, OD=AC
SOLITE Multipla v5.0C1-
234189737357, OD=
Validação, OD=Certificado
PF A1, CH=ALEFF AMARO
FRAGOSO:05189737357
Resolu: 04.2016/2016-01
Assinado
Localização: Papel Branco/CE
Data: 2025.11.18 10:17:44 -0300
Total: 100 Bytes Versão: 2025.1.0

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Assinado digitalmente por ALEFF
AMARO FRAGOSO:05189737357
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC
SOCIETY-Madeira v3, CN=341187766010, O=Vale do Rio Negro, OU=Cartão de
PF AL, CN=ALEFF AMARO
FRAGOSO:05189737357
Razão: Os dados apresentados não
correspondem
Localidade: Fátima, Ceará
Data: 2025.11.28 18:17:44-0700
Fórmula: PPK Reader Versão 2025.2.0

compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3 Indenizações e multas.
- 13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Assinado digitalmente por ALEFF
AMARO FRAGOSO:05189737357
MD: C48E, CP:CP-Basico, OD=AC
SCLITE Multipla v5.007
3341687000105, OD=
Vicepresidencia, OD=Certificado
PE A1, CM=ALEFF AMARO
FRAGOSO:05189737357
Reitor. Em nome apostado com
assinatura
Linha digital: Papel Carbono/CE
Data: 2025.11.18 10:17:44-0799
Foto: PPR Reader Versão: 2023.1.2

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão através da seguinte Dotação Orçamentária:

Poder: 02 Executivo

Orgão: 17 IPSEMB

Unidade Orçamentária: 1701 IPSEMB

Projeto/Atividade: 09.272.0027.2102.000 Manutenção das Despesas Administrativas do IPSEMB

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133,

ALEFF
AMARO
FRAGOSO:0
5189737357

Assinado digitalmente por ALEFF
AMARO FRAGOSO:05189737357
ND: C=BR, O=CP-Brazil, OU=AC
SOLITI Manteiga v3, CN=
334189798815, OU=
Visucombrasil, O=Visucombrasil
PF A1, CN=ALEFF AMARO
FRAGOSO:05189737357
Resolvido com sucesso - csc
document
Localização: Papel Contato/CE
Data: 2025.11.18 10:17:44-0700
Fórmula: P101: Bateria: 2025.11.18



de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Buriticupu - MA , para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2 E assim, por estarem justas e contratadas, os representantes das partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

FRANCISCO

WELLYTON

MESQUITA

LIMA:03597111386

Assinado de forma digital por
FRANCISCO WELLYTON
MESQUITA LIMA:03597111386
Dados: 2025.11.18 10:51:32
-03'00'

Buriticupu/MA, 17 de novembro de 2025.

IPSEMB - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

MUNICIPAIS DE BURITICUPU/MA

CNPJ sob o nº 07.733.475/0001-36

Sr. Francisco Wellyton Mesquita Lima

Portaria nº 031/2025-GAPRE/PMB

Presidente do IPSEMB

CONTRATANTE

ALEFF AMARO

FRAGOSO:051897373

57

Assinado digitalmente por ALEFF AMARO FRAGOSO:0518973737
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=3341607060195, OU=Videocorrencia, OU=Certificado PE A1, CN=ALEFF AMARO FRAGOSO:0518973737
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização: Piquet Carneiro/CE
Data: 2025.11.18 10:29:24-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

A. A. FRAGOSO

CNPJ: 19.622.023/0001-66

ALEFF AMARO FRAGOSO

CPF: 051.897.373-57

Empresário Individual

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF

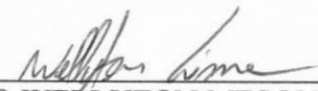
2- _____

CPF

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 1711001/2025 REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº014/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2410001/2025.
CONTRATANTE: Município de Buriticupu - MA, através do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BURITICUPU-MA, autarquia de direito público indireto inscrito no CNPJ sob o nº 07.733.475/0001-36, com sede na Rua 15 de novembro s/n, Vila Isaias.Buriticupu-MA.CEP:65.393-000, neste ato representado pelo Presidente do IPSEMB o Sr. FRANCISCO WELLYTON MESQUITA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 035.971.113-86, portaria 031/2025-GAPRE-PMB, E e empresa A.A FRAGOSO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.622.023/0001-66, sediada na Rua José Gonçalves Silva, 32 - centro, Piquet Carneiro - CE, CEP: 63.605-000, de agora em diante denominada **CONTRATADO**. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso de sistema informatizado de protocolo eletrônico, incluindo instalação, configuração, customização, suporte técnico e treinamento, visando o gerenciamento, controle, tramitação e acompanhamento de documentos e processos administrativos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Buriticupu/MA – IPSEMB, **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** valor total é de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação será 12(doze) meses, contados do(a) data da sua assinatura. **Poder:** 02 Executivo **Órgão:** 17 IPSEMB **Unidade Orçamentária:** 1701 IPSEMB **Projeto/Atividade:** 09.272.0027.2102.000 Manutenção das Despesas Administrativas do IPSEMB **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica **MODALIDADE:** Dispensa de Licitação nº 014/2025 com **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 75, II, Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, podendo ser prorrogado, na forma da Lei nº 14.133, de 2021. Buriticupu/MA, 18 de novembro de 2025. **SEGNATÁRIOS:** Sr. Francisco Wellyton Mesquita Lima, pela contratante e o Sr. Sr. ALEFF AMARO FRAGOSO, pela contratada.

Buriticupu/MA, 18 de novembro de 2025



FRANCISCO WELLYTON MESQUITA LIMA,
Presidente do IPSEMB
031/2025-GAPRE/PMB

GABINETE DO PREFEITO - DISPENSA - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: 010/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025. A Prefeitura Municipal de Buriticupu, Estado do Maranhão, através do Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Inciso II c/c §3º, ambos do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21, torna público aos interessados que estará recebendo propostas adicionais para Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, com fornecimento de peças, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Buriticupu/MA, conforme quantidades, condições e especificações descritas no Aviso de Contratação Direta. As propostas adicionais de eventuais interessados deverão ser enviadas no período de 18/11/2025 a 24/11/2025, nos seguintes endereços eletrônicos:

cplburiticupu2021@gmail.com, saude@buriticupu.ma.gov.br, conforme especificações e normas contidas no Aviso de Contratação Direta, disponível no Portal da Transparência do Município de Buriticupu: <https://buriticupu.ma.gov.br>, bem como por meio de solicitação feita ao endereço de E-mail supracitado. Esclarecimentos adicionais pelo e-mail: cplburiticupu2021@gmail.com. Buriticupu/MA, 18 de novembro 2025, Afonso Barros Batista – Secretário Interino Municipal de Saúde.

GABINETE DO PREFEITO - CONTRATO - EXTRATO DE CONTRATO: 20251110/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20251110/2025.
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU e a EMPRESA **MSR EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 35.223.524/0001-26, estabelecida à Rua 06, nº 04, quadra nº 11, Cohama, São Luís - MA, CEP 65064-479. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a formulação e implementação de Regularização Fundiária Urbana (REURB) no município de Buriticupu/MA, conforme Termo de Compromisso nº 966587/20224/MCIDADES/CAIXA. **ORIGEM:** PE 016-2025. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores. **VALOR:** O valor total é de **R\$ 757.500,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos reais)**. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 18 de novembro de 2025. **SIGNATÁRIOS:** Sr. Afonso Barros Batista, pela Contratante e o Sr. Pedro Lucas Reis Santos, pela contratada. **BURITICUPU - MA, 18 de Novembro de 2025.** **AFONSO BARROS BATISTA**, Chefe De Gabinete / Ordenador De Despesas.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BURITICUPU - CONTRATO - EXTRATO DE CONTRATO: 1711001/2025

EXTRATO DE CONTRATO. EXTRATO DE CONTRATO 1711001/2025 REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2410001/2025.
CONTRATANTE: Município de Buriticupu - MA,

através do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BURITICUPU-MA, autarquia de direito público indireto inscrito no CNPJ sob o nº 07.733.475/0001-36, com sede na Rua 15 de novembro s/n, Vila Isaías. Buriticupu-MA. CEP: 65.393-000, neste ato representado pelo Presidente do IPSEMB o Sr. FRANCISCO WELLYTON MESQUITA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 035.971.113-86, portaria 031/2025-GAPRE-PMB, E e empresa A.A FRAGOSO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.622.023/0001-66, sediada na Rua José Gonçalves Silva, 32 - centro, Piquet Carneiro - CE, CEP: 63.605-000, de agora em diante denominada **CONTRATADO**. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso de sistema informatizado de protocolo eletrônico, incluindo instalação, configuração, customização, suporte técnico e treinamento, visando o gerenciamento, controle, tramitação e acompanhamento de documentos e processos administrativos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Buriticupu/MA – IPSEMB. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** valor total é de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados do(a) data da sua assinatura. **Poder:** 02 Executivo **Orgão:** 17 IPSEMB **Unidade Orçamentária:** 1701 IPSEMB **Projeto/Atividade:** 09.272.0027.2102.000 Manutenção das Despesas Administrativas do IPSEMB **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica **MODALIDADE:** Dispensa de Licitação nº 014/2025 com **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 75, II, Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, podendo ser prorrogado, na forma da Lei nº 14.133, de 2021. Buriticupu/MA, 18 de novembro de 2025. **SEGNATÁRIOS:** Sr. Francisco Wellyton Mesquita Lima, pela contratante e o Sr. Sr. ALEFF AMARO FRAGOSO, pela contratada. **Buriticupu/MA, 18 de novembro de 2025** FRANCISCO WELLYTON MESQUITA LIMA, Presidente do IPSEMB 031/2025-GAPRE/PMB.

IPSEMB-BURITICUPU/MA
Proc. 2410001/2025
Fls. 03
Rub. 1701

